CARTILHA POPULAR

Nosso rio, nossos direitos

Hidrelétricas, dinheiro e direitos na Bacia Tocantins-Araguaia

Para ler em roda, conversar e agir junto.

Instituto de Comunicação Popular Nós do Brejo
Marabá (PA) · 2026

Por que esta cartilha existe

Companheira, companheiro,

O rio é nossa casa, nossa comida e nosso caminho. Dele vem o peixe da mesa, a água da roça e a história das nossas famílias.

Há mais de 40 anos, a barragem de Tucuruí mudou o Tocantins para sempre. Milhares de famílias perderam suas terras, e muita promessa ficou só no papel. Tudo foi decidido longe daqui, sem ouvir quem vivia na beira do rio.

Hoje, outras usinas esperam na gaveta: a de Marabá, no Tocantins, e a de Santa Isabel, no Araguaia. Ninguém sabe quando vão abrir essa gaveta. Mas sabemos de uma coisa: **quem conhece seus direitos não é pego de surpresa.**

Esta cartilha não traz respostas prontas. Traz perguntas, informações e ferramentas para pensar junto, conversar e agir. Como ensinou Paulo Freire, a gente aprende em comunhão. Boa leitura e boa roda!

Instituto de Comunicação Popular Nós do Brejo

VILA TAUIRI, PEDRAL DO LOURENÇO (ITUPIRANGA, PA) · FOTO: GEAN MARTINS

QUEM SOMOS

Nascemos em 2009 no Distrito de Brejo do Meio, zona rural de Marabá. Fazemos rádio (Ativa Web Rádio e Rádio Escola Juventude), cinema na comunidade e formação de jovens e mulheres comunicadores, e participamos dos conselhos municipais. Esta cartilha é parte do projeto *Fortalecimento Comunitário na Bacia Tocantins-Araguaia*, com apoio do Fundo Casa Socioambiental.

PRAIA DO CUPU, PEDRAL DO LOURENÇO (PA) · FOTO: GEAN MARTINS

ABERTURA · O PROJETO

Conhecimento que protege o rio

Esta cartilha nasce do projeto **Fortalecimento Comunitário na Bacia Tocantins-Araguaia: Conhecimento e Incidência em Megaprojetos Hidrelétricos**, realizado pelo Instituto Nós do Brejo entre 2025 e 2026.

> *Nosso objetivo: tornar popular o conhecimento sobre quem financia as grandes usinas e quais regras protegem o povo e a natureza, para que as comunidades defendam seus territórios.*

O QUE O PROJETO FAZ

4
módulos de formação para lideranças

3
intercâmbios com quem viveu Tucuruí

10
comunicadores populares formados

1
rede de organizações e comunidades

Além desta cartilha, o projeto produz vídeos curtos, spots para rádios comunitárias, podcasts e um relatório com as propostas da rede para os espaços de decisão.

fundo casa SOCIOAMBIENTAL

QUEM APOIA: FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

O Fundo Casa apoia há 20 anos iniciativas de comunidades e organizações que cuidam dos territórios. Este projeto foi selecionado na chamada **Fortalecimento dos direitos territoriais frente a megaprojetos de energia**.

UM JEITO DIFERENTE DE FINANCIAR

Enquanto as grandes usinas recebem bilhões de bancos, o Fundo Casa leva recursos **direto para as comunidades**. É o dinheiro a serviço de quem defende o rio. Nas próximas páginas, a gente aprende a seguir os dois caminhos do dinheiro.

Sumário

Por que esta cartilha existe 2

O projeto e o apoio do Fundo Casa 3

Como usar esta cartilha 5

1. Linha do tempo do nosso rio 6

2. Quem decide a energia do Brasil? 8

3. Tucuruí ensina, Marabá e Santa Isabel esperam 9

4. O caminho do dinheiro 11

5. Nossos direitos em ação 13

6. Caderno de ação: organizar e vigiar 16

7. Outra energia é possível 19

8. Glossário popular 20

9. Onde procurar ajuda 21

Caderno da nossa roda 22

ABERTURA

Como usar esta cartilha

Esta cartilha é para ser usada, não guardada! Leia em grupo: na associação, na colônia, na igreja, na escola ou no rádio. Um capítulo por encontro: alguém lê em voz alta e todo mundo conversa.

FIQUE DE OLHO NESTES SINAIS

Vamos conversar?
Pergunta para a roda. Não existe resposta errada.

Guarde isto!
Um direito importante.

Onde procurar ajuda
Quem pode apoiar a comunidade.

Espaço para escrever
A cartilha é também um caderno da comunidade.

QUEM VAI CONVERSAR COM VOCÊ

R

DONA RAIMUNDA *Pesco no Tocantins desde menina. Vi a água de Tucuruí cobrir muita coisa.*

J

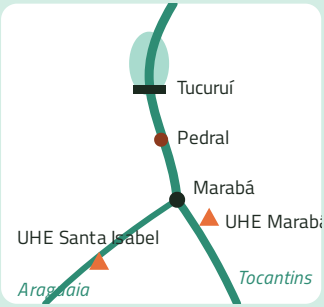
JOÃO *Sou do Brejo do Meio e faço rádio comunitária. Quero espalhar a informação!*

PRAIA DO CUPU, PEDRAL DO LOURENÇO (PA) · FOTO: GEAN MARTINS

A história do rio é a nossa história

Antes de falar de usina, de banco e de lei, vamos falar do que é nosso: a vida com o rio. Nossa memória é a primeira prova de que este território tem dono, e o dono é o povo que vive nele.

- **1975** Começa a obra da Usina de Tucuruí, no rio Tocantins.
- **1983** Cerca de 2 mil expropriados de Tucuruí acampam para cobrar seus direitos.
- **1984** As comportas se fecham e o lago cobre vilas, roças e florestas.
- **2001** A Usina de Santa Isabel, no Araguaia, vai a leilão.
- **2006** Começa no IBAMA o licenciamento da Usina de Marabá.
- **2013/14** Santa Isabel é devolvida ao governo, mas o projeto segue registrado.
- **2023** Nasce a Lei dos Atingidos por Barragens. A Amazônia vive uma seca histórica.
- **2025** O IBAMA libera a explosão do Pedral do Lourenço. Pescadores e MPF vão à Justiça.
- **2026** Você está lendo esta cartilha. E agora?



ONDE ESTAMOS

Os rios Tocantins e Araguaia se encontram perto de Marabá. A bacia passa por Pará, Tocantins, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Nela vivem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores e extrativistas.

Mapa esquemático, fora de escala.

BEIRA DO RIO TOCANTINS EM ITUPIRANGA (PA) · FOTO: GEAN MARTINS

AGORA É A SUA VEZ

Antes de Tucuruí: como era o rio? O que ele dava para sua família?

Hoje: o que mudou na água, no peixe, na terra?

O rio que queremos em 2050: o que você quer deixar para seus netos?

R

DONA RAIMUNDA *Meu pai tirava peixe grande ali onde hoje é lago. A gente não pode deixar a memória afundar junto.*

VAMOS CONVERSAR?

- Que histórias do rio os mais velhos da nossa comunidade contam?
- Que acontecimento do nosso lugar ficou faltando nesta linha do tempo?

USINA DE BELO MONTE, RIO XINGU (PA) · FOTO: VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO 2 · PLANEJAMENTO

Quem decide a energia do Brasil?

Antes da máquina chegar, a usina já existe num plano do governo. É como o planejamento da safra: alguém decide o que plantar, onde e quando. Só que quem decide fica em Brasília, e quem mora na beira do rio quase nunca é chamado.

PNE

Plano Nacional de Energia. Olha 25 a 30 anos à frente: PNE 2030 (2007), PNE 2050 (2020), e agora se prepara o PNE 2055.

PDE

Plano Decenal de Expansão de Energia. Olha 10 anos à frente e é refeito todo ano. O mais recente é o PDE 2035, de julho de 2026.

Quem faz os planos: Ministério de Minas e Energia (MME) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O QUE DIZEM SOBRE O NOSSO RIO

No PNE 2030, mais de 90% do potencial de novas usinas na nossa bacia tinha restrição ambiental, e o Araguaia foi chamado de "rio virgem". **Boa notícia:** o PDE 2035 não traz Marabá nem Santa Isabel. Mas fora do plano não quer dizer arquivada (veja a página 10).

GUARDE ISTO!

Todo ano o governo abre uma **consulta pública** do plano de energia, pela internet. Em 2026, o PDE 2035 recebeu 846 contribuições. A nossa pode ser a próxima.

VAMOS CONVERSAR?

- Alguém já perguntou à nossa comunidade que energia ela quer?
- Que frase escreveríamos no plano de energia?

USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, RIO TOCANTINS (PA) · FOTO: REPÓRTER DO FUTURO

CAPÍTULO 3 · MEMÓRIA

Tucuruí: a memória que ensina

Em 1984, as comportas de Tucuruí se fecharam. O Tocantins virou um lago quase três vezes maior que todo o município de Belém. Embaixo da água ficaram vilas, roças, cemitérios, castanhais e terras indígenas.

2.850 km²
de lago

25 a 35 mil
pessoas tiradas de casa

7 povos
indígenas atingidos

−66%
na pesca de camarão rio abaixo

Prometeram

Mudar só 1.750 famílias. Luz e progresso para todos.

Aconteceu

- 3.700 pessoas mudaram duas vezes: erraram o mapa da água
- 1.500 famílias sem casa um ano depois
- O povo Parakanã foi removido cinco vezes

R

DONA RAIMUNDA *Disseram que ia ter luz e progresso. A linha de energia passava por cima da nossa casa, e a gente continuava no escuro.*

O POVO SE ORGANIZOU

Em 1983, as Comissões de Expropriados acamparam para cobrar seus direitos, com cerca de 2 mil pessoas. Dessa luta nasceu uma das sementes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

VAMOS CONVERSAR?

- Você conhece alguém atingido por Tucuruí? O que essa pessoa conta?

Marabá e Santa Isabel: as usinas na gaveta

Há anos se fala em duas novas usinas na nossa região. Nenhuma saiu do papel, mas nenhuma foi enterrada de vez: os projetos continuam registrados no governo. A palavra é **vigilância**.

Usina de Marabá

RIO TOCANTINS · 2.160 MW

- 12 municípios no Pará, Tocantins e Maranhão
- Cerca de 10 mil pessoas e 112 assentamentos, pelo estudo da própria obra
- Parte da Terra Indígena Mãe Maria (Gavião), Apinajé e Suruí

Registrada na ANEEL até agosto de 2027

Usina de Santa Isabel

RIO ARAGUAIA · 1.080 MW

- 8 municípios no Pará e Tocantins
- Povos Suruí, Karajá, Gavião e Apinajé
- Serra das Andorinhas, 131 cavernas e lugares da Guerrilha do Araguaia

Devolvida, mas o local segue "disponível" para novo leilão

RIO TOCANTINS EM MARABÁ (PA) · FOTO: HALLEL

E TEM MAIS NO RIO

Enquanto as usinas dormem, avança a explosão de 35 km do **Pedral do Lourenço**, em Itupiranga, para a hidrovia. Pescadores e o Ministério Público Federal foram à Justiça. As obras estão previstas para 2027.

J

JOÃO *Gaveta fechada não é gaveta trancada. Tem que ficar de olho!*

VAMOS CONVERSAR?

- Nossa comunidade fica na área de alguma dessas obras?
- Como acompanhar se alguém abrir essa gaveta? (Veja a página 17.)

TUBULAÇÕES DA USINA DE BELO MONTE · FOTO: TÚLLIO F.

CAPÍTULO 4 · DINHEIRO

O caminho do dinheiro

Uma hidrelétrica custa bilhões de reais. Nenhuma empresa tem esse dinheiro guardado. Para entender uma usina, é preciso seguir o caminho do dinheiro, e boa parte dele é **público**: é do povo brasileiro.

1. O governo planeja
2. Leilão na ANEEL
3. Consórcio de empresas
4. Empréstimo do BNDES e bancos
5. A obra começa

No leilão, ganha a empresa que vender a energia mais barato. O BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o banco público do governo federal.

R$ 2,6 bi
do BNDES para a Usina de Estreito, no rio Tocantins: cerca de 72% da obra

R$ 22,5 bi
do BNDES para Belo Monte, no Xingu: cerca de 78% do custo previsto

GUARDE ISTO!

Quem empresta dinheiro para uma obra que destrói também pode ser responsabilizado. A lei ambiental (Lei 6.938/1981) diz que é poluidor quem causa o dano "direta ou indiretamente", e o Superior Tribunal de Justiça já disse: é responsável também "quem financia para que façam".

R

DONA RAIMUNDA *É como emprestar barco e motor para quem vai fazer pesca predatória. Se você sabia, a culpa é sua também.*

VAMOS CONVERSAR?

- Se o dinheiro é público, o povo tem direito de saber para onde ele vai e de dar opinião?

A boia amarrada no barco

Salvaguarda é uma regra de proteção que o banco precisa cumprir **antes** de soltar o dinheiro. É como a boia salva-vidas: tem que estar amarrada no barco antes de sair para o rio, não depois do acidente. E o dinheiro sai aos poucos, como numa empreitada: a comunidade pode avisar o "dono do dinheiro" quando o serviço não é cumprido.

AS REGRAS QUE PROTEGEM O POVO E A NATUREZA

1. **No BNDES:** política social, ambiental e climática e uma lista de quem não pode receber dinheiro, como quem foi condenado por trabalho escravo ou crime ambiental. Pela lei, banco público só financia obra com licença.
2. **Em todos os bancos:** desde 2022, cada banco precisa ter sua própria política social e ambiental (Resolução CMN 4.945/2021).
3. **Nos bancos internacionais:** as regras do IFC, do Banco Mundial, mandam evitar despejo forçado e pedir o **consentimento** dos povos indígenas.

ACONTECEU

Em 2011, 150 organizações mandaram uma notificação a cinco grandes bancos que iam financiar Belo Monte: os povos Juruna, Arara e Xikrin não tinham sido consultados. Assim, os bancos não podiam dizer que não sabiam.

ONDE RECLAMAR DO DINHEIRO

- **Ouvidoria do BNDES:** 0800 702 6337 (grátis, seg. a sex., 8h às 20h)
- O site de transparência do BNDES mostra quem recebeu dinheiro, quanto e quando
- Contra bancos internacionais: CAO (IFC), MICI (BID) e Painel de Inspeção (Banco Mundial)

VAMOS CONVERSAR?

- Se um banco fosse financiar a Usina de Marabá, que perguntas faríamos a ele?

FOTO: LUCAS DA SILVA MARINHO

CAPÍTULO 5 · DIREITOS

Consulta prévia: ninguém decide por nós

A **Convenção 169 da OIT** (Organização Internacional do Trabalho) vale como lei no Brasil desde 2003. Ela garante a consulta **prévia, livre e informada**:

Prévia	Livre	Informada
antes de qualquer decisão, não depois da obra	sem pressão, ameaça ou compra de lideranças	com toda a informação, na nossa língua

- Ser consultado de boa-fé, pelas nossas próprias organizações (art. 6)
- Decidir as nossas prioridades de desenvolvimento (art. 7)
- Participar dos benefícios e ser indenizado pelos danos (art. 15)
- Ninguém sai da sua terra sem consentimento; quem sair tem direito de voltar ou a terra igual ou melhor (art. 16)

Quem tem esse direito: povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco (Decreto 6.040/2007).

GUARDE ISTO! O PROTOCOLO DE CONSULTA

O **protocolo de consulta** é escrito pela própria comunidade: diz quem fala por ela, onde, em quanto tempo e em que língua. No Tocantins, o Quilombo São José de Icatu (Mocajuba) lançou o seu em 2024, diante da hidrovia.

VAMOS CONVERSAR?

- Se uma empresa chegasse amanhã, como queremos ser consultados?

A lei dos atingidos por barragens

Depois de décadas de luta, o Brasil ganhou em dezembro de 2023 uma lei só para quem é afetado por barragens: a **Lei 14.755/2023**, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

QUEM É ATINGIDO? (ART. 2)

Não é só quem tem a casa coberta pela água. Também é atingido quem:

- perdeu a terra ou a posse
- perdeu a produção da terra
- perdeu a pesca ou a renda
- viu a casa ou a terra perder valor
- ficou com a água pior
- teve o caminho cortado
- teve o modo de vida indígena ou tradicional mudado

NOSSOS DIREITOS (ART. 3)

- Reparação: outra terra, indenização ou compensação
- **Reassentamento coletivo**, para a comunidade não ser espalhada
- Negociar em grupo, não família por família
- **Assessoria técnica independente**, escolhida pela comunidade e paga pela empresa
- Auxílio emergencial e indenização **antes** de sair
- Moradia pelo menos igual e acesso ao cadastro feito pela empresa

A empresa também paga um Programa de Direitos (art. 5), e cada obra tem um comitê local com os atingidos (art. 7).

GUARDE ISTO!

A lei já está valendo desde 2023. O governo ainda prepara o decreto que detalha como ela funciona, mas isso não tira nenhum direito.

VAMOS CONVERSAR?

- Quem da nossa comunidade seria atingido e a empresa talvez não contasse?

Licenciamento: onde a comunidade entra

Para construir uma usina, a empresa precisa de licença do órgão ambiental. Quando o rio passa por mais de um estado, quem licencia é o **IBAMA**. É como atravessar o rio de pedra em pedra: em cada uma, a comunidade pode agir.

1. **EIA/RIMA:** Estudo de impacto; o RIMA é o resumo simples. **Nós podemos: Pedir o RIMA, ler juntos e apontar o que ficou de fora.**
2. **Audiência pública:** Reunião aberta para o povo falar. **Nós podemos: Pedir, comparecer, falar e entregar documento.**
3. **Licença Prévia (LP):** Aprova o lugar e lista condicionantes. **Nós podemos: Conhecer cada condicionante e cobrar.**
4. **Licença de Instalação (LI):** Autoriza a obra. **Nós podemos: Vigiar a obra e denunciar o que estiver errado.**
5. **Licença de Operação (LO):** Autoriza a usina a funcionar. **Nós podemos: Conferir se as promessas foram cumpridas.**

GUARDE ISTO! AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência pública pode ser pedida por uma associação, pelo Ministério Público ou por **50 pessoas**, em até 45 dias depois que o RIMA é divulgado. Se foi pedida e não aconteceu, **a licença não vale** (Resolução CONAMA 09/1987).

ATENÇÃO: A LEI MUDOU

Desde fevereiro de 2026 vale a nova Lei Geral do Licenciamento (Lei 15.190/2025). A consulta às comunidades ficou limitada a territórios **já demarcados ou titulados**, e o caso está no Supremo Tribunal Federal. Por isso é urgente **regularizar nossos territórios** e **escrever nossos protocolos de consulta**.

VAMOS CONVERSAR?

- Nosso território já é reconhecido no papel? O que falta?

BEIRA DO RIO TOCANTINS EM ITUPIRANGA (PA) · FOTO: TÚLLIO F.

Quem registra tem prova. Quem tem prova tem força.

FERRAMENTA 1 Nosso mapa

O mapa oficial quase nunca mostra o que importa para nós: o pesqueiro, a roça, o cemitério, o lugar sagrado. A comunidade pode fazer o seu **mapa social**:

1. Juntar a comunidade: jovens, velhos, mulheres, pescadores, agricultores
2. Desenhar juntos o território, no chão ou numa folha grande
3. Marcar os lugares importantes com o GPS do celular
4. Criar a legenda com desenhos da própria comunidade
5. Revisar juntos antes de mostrar. Lugar sagrado só entra se a comunidade quiser

Em 2013, expropriados de Tucuruí fizeram seu mapa com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Há também o aplicativo gratuito **Tô no Mapa**.

FERRAMENTA 2 Vigiar o rio

No Xingu, indígenas Juruna e ribeirinhos anotaram o nível da água, a pesca e os peixes mortos. Descobriram que os peixes precisam de 103 cm de água no pedral para desovar, e que a usina quase nunca deixava chegar a isso. As anotações viraram prova. **Aqui:** uma régua na beira do rio, foto com data e um caderno da pesca.

DIÁRIO DO RIO

Data	Nível da régua (cm)	O que pescamos	O que vimos de diferente	Foto?

VAMOS CONVERSAR?

- Quais lugares não podem faltar no nosso mapa? Quem cuida do Diário do Rio?

FERRAMENTA 3 Pedir informação é um direito

Tudo o que é público pode ser perguntado. A **Lei de Acesso à Informação** (Lei 12.527/2011) garante:

- Não precisa dizer o motivo
- É de graça
- Resposta em 20 dias (+10)
- Cabe recurso em 10 dias

Como pedir: pelo site Fala.BR (falabr.cgu.gov.br), com a conta gov.br, ou por ofício entregue em mãos, pedindo o protocolo. Exemplo: pergunte ao IBAMA qual a situação do licenciamento da Usina de Marabá.

MODELO DE OFÍCIO

[Nome da associação ou comunidade] · [Cidade], [dia] de [mês] de [ano]

Ao [nome do órgão] · **Assunto: Pedido de informação**

Nós, da [comunidade], com base no art. 5º, XXXIII, da Constituição e na Lei 12.527/2011, solicitamos as seguintes informações: [perguntas]. Pedimos resposta no prazo da lei, pelo endereço [contato].

Assinaturas: _____

FERRAMENTA 4 Organizar-se

> *Uma voz sozinha se perde no vento; muitas vozes juntas viram trovão.*

Uma **associação** registrada pode assinar documentos, pedir audiência pública e ir à Justiça pela comunidade.

1. Nome e objetivo
2. Estatuto, com visto de advogado
3. Assembleia de fundação, com ata
4. Registro no cartório
5. CNPJ
6. Prestar contas todo ano

A **Defensoria Pública** ajuda de graça com o estatuto. Várias comunidades juntas formam uma **rede**, que ocupa conselhos e faz ofícios coletivos.

VAMOS CONVERSAR?

- Qual pergunta queremos fazer primeiro ao governo? Nossa associação está com os documentos em dia?

FERRAMENTA 5 A memória das lutas

Ninguém começa do zero. Antes de nós, muita gente na Amazônia enfrentou grandes obras, e muitas vezes o povo organizado mudou o rumo da história.

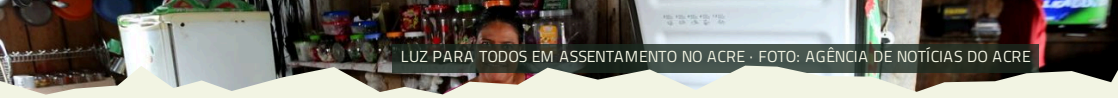
COP 30, BELÉM (PA), 2025 · ACERVO INDB

1983	**Tucuruí.** Os expropriados montaram um acampamento que chegou a cerca de 2 mil pessoas, de Itupiranga, Jacundá e Repartimento. Dessa luta nasceu uma das sementes do MAB.
TI Mãe Maria	**Povo Gavião.** Já atingidos por Tucuruí, os Gavião foram à Justiça e barraram os estudos da Usina de Marabá no seu território.
2016	**Rio Tapajós.** O povo Munduruku fez seu protocolo de consulta e demarcou a própria terra. O IBAMA arquivou a Usina de São Luiz do Tapajós.
2024	**Quilombo São José de Icatu.** Diante da hidrovia, a comunidade escreveu seu protocolo de consulta e o lançou na Assembleia Legislativa do Pará.
2025–26	**Pedral do Lourenço.** Pescadores e o MPF foram à Justiça e a licença chegou a ser suspensa. Em 2026 pediram ao IPHAN o tombamento do pedral. A luta continua.

E a nossa história? Que luta a nossa comunidade já fez, ou vai fazer?

VAMOS CONVERSAR?

- Das cinco ferramentas (mapa, diário, pedido de informação, associação e memória), qual vamos usar primeiro? Quem puxa a tarefa?



LUZ PARA TODOS EM ASSENTAMENTO NO ACRE · FOTO: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE

Outra energia é possível

Não somos contra a energia. Somos contra a injustiça. Todo mundo quer luz em casa e escola com computador. A pergunta é: energia para quem, feita de que jeito e decidida por quem?

"Hidrelétrica é energia limpa"

Nem sempre. A mata alagada apodrece e solta metano. Em 1990, o lago de Tucuruí soltou mais gases de efeito estufa do que toda a gasolina, o diesel e o gás queimados na cidade de São Paulo no mesmo ano.

"Hidrelétrica é energia garantida"

Não mais. Com o clima mudando, as secas estão mais fortes. Em 2023 e 2024, a geração das hidrelétricas no Norte caiu 30%. Quando falta água, ligam usinas a óleo e gás, e a conta de luz sobe.

DE ONDE VEM A LUZ DO BRASIL (2024)

Sol e vento já geram quase um quarto da eletricidade do país e são as fontes que mais crescem. Fonte: Balanço Energético Nacional 2025 (EPE).

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Trocar a energia que polui por energia limpa só é justo se não repetir as injustiças de sempre. Nas palavras do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): *"Justa porque não pode ampliar as desigualdades... e tem que garantir energia barata para todos. Popular porque precisa ser orientada para um projeto de soberania, com o povo no controle."*

- **Resex Tapajós-Arapiuns (Santarém):** energia solar comunitária desde 2023, com moradores formados para a manutenção
- **Luz para Todos no Pará:** mais de 40 mil casas isoladas receberam placas solares até 2024

VAMOS CONVERSAR?

- Energia para quem? Energia de quem? Quem decide?

Glossário popular

Palavras difíceis, explicadas do nosso jeito.

Assessoria técnica independente: especialistas escolhidos pela comunidade e pagos pela empresa, para defender os atingidos.

Atingido: quem tem a vida afetada por uma barragem: terra, pesca, renda, caminho ou modo de vida.

Audiência pública: reunião aberta em que o povo pode perguntar e opinar sobre a obra.

BNDES: banco público do governo federal que empresta dinheiro para grandes obras.

Condicionante: tarefa que a empresa é obrigada a cumprir para manter a licença.

Consórcio: grupo de empresas que se juntam para uma obra, como um mutirão de empresas.

Consulta prévia: direito de ser ouvido antes de qualquer decisão que afete o território.

Derrocamento: explosão de pedras no fundo do rio para os navios passarem.

EIA/RIMA: estudo de impacto ambiental (EIA) e seu resumo em linguagem simples (RIMA).

Financiamento: dinheiro emprestado por um banco, pago depois com juros.

Hidrovia: caminho de barcos grandes no rio, para levar minério e grãos.

IBAMA: órgão federal que dá licença para grandes obras e fiscaliza.

Leilão de energia: disputa em que ganha quem vende a energia mais barato.

Licença (LP, LI, LO): a Prévia aprova o lugar, a de Instalação permite a obra, a de Operação permite funcionar.

Megawatt (MW): medida da força de uma usina. Mais megawatts, geralmente lago maior.

PNE e PDE: planos de energia do governo: 30 anos e 10 anos à frente.

Protocolo de consulta: documento da comunidade que diz como ela quer ser consultada.

Reassentamento: mudança por causa da obra. Pela lei, coletiva e com condições iguais ou melhores.

Reservatório: o lago que se forma quando a barragem fecha o rio.

Salvaguarda: regra que o banco cumpre antes de liberar o dinheiro: a boia no barco.

Transição energética justa: trocar energia que polui por limpa, sem prejudicar os pobres e com o povo decidindo.

Outras palavras que apareceram na nossa roda

Onde procurar ajuda

QUERO DENUNCIAR

MPF – Marabá · direitos coletivos, indígenas e meio ambiente	**(94) 3312-1500**
IBAMA – Linha Verde · crimes e danos ambientais	**0800 061 8080**
Disque 100 · violações de direitos humanos, 24h	**100**
Ouvidoria do BNDES · o banco que financia a obra	**0800 702 6337**

PRECISO DE ADVOGADO GRATUITO

DPU – Marabá · causas contra União, IBAMA, INCRA e FUNAI	**(91) 98424-2132**
Defensoria do Pará – Núcleo Carajás · causas estaduais	**(94) 2103-8000**

QUERO APOIO E INFORMAÇÃO

FUNAI – CR Baixo Tocantins · direitos dos povos indígenas	**(94) 98409-1575**
INCRA – Sul do Pará · assentamentos atingidos	**(94) 3324-4170**
CPT – Marabá · conflitos no campo	**(94) 3321-2229**
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) · organização nacional dos atingidos	**(11) 3392-2006**
Proteção a Defensores · lideranças ameaçadas	**defensores@mdh.gov.br**

Contatos da nossa rede (nome · comunidade · telefone)

O que aprendemos juntos

Use estas páginas durante e depois das rodas de conversa. Quem não gosta de escrever pode desenhar ou pedir para alguém anotar.

O que mais chamou a nossa atenção?

O que a nossa comunidade já viveu com as obras no rio?

Que dúvidas ainda temos? Quem pode responder?

Nossos compromissos

Toda roda termina com um próximo passo. Anotem aqui o que foi combinado, para ninguém esquecer e todo mundo poder cobrar.

O QUE VAMOS FAZER	QUEM	ATÉ QUANDO

GUARDE ISTO!

Um direito só vale quando a comunidade conhece, se organiza e cobra junta. Guardem esta cartilha e passem adiante.

ITUPIRANGA (PA) · FOTO: LUCAS DA SILVA MARINHO

Rio que corre livre, povo que decide junto.

Realização: Instituto de Comunicação Popular Nós do Brejo (INDB), Marabá (PA)

Projeto: Fortalecimento Comunitário na Bacia Tocantins-Araguaia: Conhecimento e Incidência em Megaprojetos Hidrelétricos

Apoio: Fundo Casa Socioambiental

Coordenação do projeto: Cícero Batista Gaudino

Texto e diagramação: Lucas da Silva Marinho

Comunidades: região Araguaia-Tocantins · 2026

Fotos: capa e contracapa, rio Tocantins em Itupiranga (PA), e p. 13, Lucas da Silva Marinho; p. 2, 3, 5 e 7, Gean Martins (Vila Tauiri, Praia do Cupu e Itupiranga, região do Pedral do Lourenço); p. 18, marcha na COP 30 em Belém (2025), acervo do INDB. **Wikimedia Commons:** p. 8, Vice-Presidência da República (CC BY 2.0); p. 9, Repórter do Futuro (CC BY 2.0); p. 10, Hallel (CC BY-SA 4.0); p. 11 e 16, Túllio F. (CC BY-SA 4.0); p. 19, Agência de Notícias do Acre (CC BY 2.0).

Distribuição gratuita. Proibida a venda. Pode ser copiada e compartilhada, desde que citada a fonte.

Instituto de Comunicação Popular nós do brejo

fundo casa SOCIOAMBIENTAL